

Trabalho de Graduação
Curso de Graduação em Geografia

**DO COOPERATIVISMO AO CORPORATIVISMO: UM ESTUDO SOBRE A
PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE FLORES E PLANTAS ORNAMENTAIS EM
HOLAMBRA/SP**

Bruno Libânio

Prof. Dr. Fabricio Gallo

Rio Claro (SP)

2015

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
Instituto de Geociências e Ciências Exatas
Câmpus de Rio Claro

BRUNO LIBÂNIO

DO COOPERATIVISMO AO CORPORATIVISMO: UM
ESTUDO SOBRE A PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO
DE FLORES E PLANTAS ORNAMENTAIS EM
HOLAMBRA/SP

Trabalho de Graduação apresentado ao
Instituto de Geociências e Ciências
Exatas - Câmpus de Rio Claro, da
Universidade Estadual Paulista Júlio de
Mesquita Filho, para obtenção do grau de
Bacharel em Geografia.

Rio Claro - SP

2015

910.9 Libânio, Bruno
L694d Do cooperativismo ao corporativismo: um estudo sobre a
produção e comercialização de flores e plantas ornamentais
em Holambra/SP / Bruno Libânio. - Rio Claro, 2015
37 f. : il., tabs., fots.

Trabalho de conclusão de curso (bacharelado - Geografia)
- Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e
Ciências Exatas
Orientador: Fabricio Gallo

1. Geografia econômica. 2. Usos do território. 3.
Cooperativas. I. Título.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
Instituto de Geociências e Ciências Exatas
Câmpus de Rio Claro

BRUNO LIBÂNIO

DO COOPERATIVISMO AO CORPORATIVISMO: UM
ESTUDO SOBRE A PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE
FLORES E PLANTAS ORNAMENTAIS EM HOLAMBRA/SP

Trabalho de Graduação apresentado ao
Instituto de Geociências e Ciências Exatas -
Câmpus de Rio Claro, da Universidade
Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, para
obtenção do grau de Bacharel em Geografia.

Rio Claro - SP

2015

BRUNO LIBÂNIO

DO COOPERATIVISMO AO CORPORATIVISMO: UM
ESTUDO SOBRE A PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE
FLORES E PLANTAS ORNAMENTAIS EM HOLAMBRA/SP

Trabalho de Graduação apresentado ao
Instituto de Geociências e Ciências Exatas -
Câmpus de Rio Claro, da Universidade
Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, para
obtenção do grau de Bacharel em Geografia.

Comissão Examinadora

_____ (orientador)

Rio Claro, ____ de _____ de _____.

Assinatura do(a) aluno(a)

assinatura do(a) orientador(a)

Agradecimentos

Aos meus pais, Betsie e Ronaldo, pelo apoio em todos os momentos, nos caminhos que eu decidi seguir, pela compreensão, pelo afeto e por sempre frisar a importância do respeito, da felicidade, da simplicidade, da vida. Muito obrigado!

Ao meu amor, Manú, que, ao me acompanhar ao longo destes três últimos anos, se doou com todo o seu carinho e respeito ao nosso presente, e sempre pensando no futuro. Mostrou-me a importância de valores fundamentais para uma vida mais respeitosa, digna e, claro, amorosa. Pelo que ainda iremos construir juntos, pela alegria de viver, obrigado meu amor.

Aos amigos de Rio Claro, agradeço por dar risadas todos os dias com vocês. Foi incrível o aprendizado, assim como a alegria de poder morar, festejar, estudar e viver com vocês. Agradeço as Repúblicas Repingaiada, Manicômio, Galápagos, Magrelos, Atoas, e em especial, a “sensacional” e “infinita” República Vuco-Vuco. Aos que aqui estão e a que não está mais entre nós, eu agradeço muito.

Aos amigos de Holambra, a fantástica Moenda, eu agradeço a alegria de poder estar com vocês ao longo de todos estes anos. Considero-os muito!

Ao Ad, Maggi e Elisa, por tornar mais fácil e viável a obtenção de dados que contemplaram este estudo, além, claro, das discussões realizadas. Agradeço também a HC2 Gestão Ambiental e Topografia pelo apoio ao longo deste ano.

Ao Cido, Marta e Mateus, eu agradeço pela alegria, pela bondade e por não medirem esforços na busca de uma vida repleta de dignidade e de respeito ao próximo.

Ao Prof. Dr. Fabricio Gallo, que ao decorrer da orientação me apresentou e ensinou uma Geografia que até então eu pouco conhecia, por ao longo da minha graduação ter seguido outros caminhos. Obrigado pelos valiosos ensinamentos!

Resumo

O cooperativismo como sendo, em teoria, uma alternativa frente à lógica do mercado financeiro, apresenta no território, em teoria, uma organização que difere da estrutura baseada na competitividade do sistema capitalista. O município de Holambra (SP) apresenta na comercialização de flores e plantas ornamentais, junto com a sua produção, o sistema cooperativista, a qual se iniciou na Cooperativa Veiling Holambra. Porém, este cooperativismo tal qual é vigente nas cooperativas deste estudo em questão, é questionável quanto a sua estrutura e atuação, por assumir características que mais se assemelham as praticas corporativistas do que as cooperativistas. E por ser o território acolhedor de todos os novos sistemas técnicos que foram e continuam sendo instalados, o estudo busca a compreensão destas estruturas cooperativistas a partir do uso que se faz, pelos objetos e ações renovadas, do território.

Palavras-chave: Usos do território. Cooperativismo. Holambra.

Abstract

Cooperatives as, in theory, an alternative front to the logic of financial markets, the territory has, in theory, an organization which differs from the structure based on the competitiveness of the capitalist system. The municipality of Holambra (SP) presents the marketing of flowers and ornamental plants, along with their production, the cooperative system, which started in the Cooperative Veiling Holambra. However, this cooperative as it is effective in cooperative study in question, it is questionable as to its structure and operation, by taking features that most resemble the corporatist practices of the cooperative. And because the cozy territory of all new technical systems that have and are being installed, the study seeks to understand these cooperative structures from the use made by the renewed objects and actions of the territory.

Keywords: Uses of territory. Cooperatives. Holambra.

SUMÁRIO

Introdução	6
1 – A PRODUÇÃO DE FLORES E PLANTAS ORNAMENTAIS E O COOPERATIVISMO	8
1.1 - O cooperativismo e a organização política no lugar	8
1.2 - Comercialização sobre bases cooperativistas: a instalação da Cooperativa Veiling Holambra e a expansão florícola	12
1.3 - A estrutura da cooperativa Flora Holland	13
2 – COOPERATIVISMO ORGANIZACIONAL: NOVAS COOPERATIVAS, RACIONALIDADE E EFICÁCIA TÉCNICA	16
3 – HOLAMBRA ESPECIALIZADA, TERRITÓRIO SETORIZADO	27
3.1- Poder: do município, das cooperativas e dos cooperados	27
3.2 - Cooperação substituída pela competição: o uso corporativo do território	30
CONSIDERAÇÕES FINAIS	32
REFERÊNCIAS	34
SÍTIOS CONSULTADOS	36

Introdução

O aumento da produção e consequente comercialização de flores e plantas ornamentais, possibilitou ao município de Holambra (SP) se destacar economicamente dentro do quadro nacional da floricultura brasileira. Atualmente, o município concentra alta produção, comercialização e uma variedade de serviços que atendem o ramo econômico.

Tal crescimento nesse setor concentrou no território holambrense uma densidade cada vez maior em sistemas de objetos e sistemas de ações orientados para a especialização funcional de flores e plantas ornamentais. Uma constante adição de materialidades, as quais irão ampliar o circuito espacial produtivo e que terão seu uso e acesso regulados por normas, tendem a produzir no território um aumento da competitividade.

Perante o aumento significativo da floricultura nacional, se fez necessário a organização de um circuito espacial produtivo, junto com seu círculo de cooperação. Analisando o circuito espacial produtivo, este apresenta como atividade produtiva dominante a floricultura e como seus agentes envolvidos, os fornecedores de sementes, mudas e maquinários para a produção, os produtores e os agentes de exportação. A expansão da produção florícola exigiu também a instalação de centros de comercialização, como os *gardens centers* e as cooperativas, tecnificando ainda mais o território e permitindo uma conexão mais profunda entre o *circuito espacial produtivo* e os *círculos de cooperação* (SANTOS, 2002), criando (e ao mesmo tempo aprofundando) uma nova divisão territorial do trabalho e ampliando assim a densidade técnica do território (SANTOS, 2002).

Dentre as cooperativas de diversos setores, tem-se em 1989, a instalação da Cooperativa Veiling Holambra, baseada num sistema holandês de comercialização de flores e plantas ornamentais, que garantiu aos produtores, a partir do momento em que se tornavam cooperados, o apoio técnico, comercial e financeiro, frente à necessidade de novos investimentos, principalmente no que diz respeito ao suporte técnico.

Pautado em valores como auto-ajuda, auto-responsabilidade, democracia, igualdade, equidade e solidariedade, o cooperativismo busca ser uma alternativa

eficaz frente aos modelos atuais das corporações atuantes no território nacional, tanto no que diz respeito aos funcionários e cooperados de uma cooperativa e também à população que reside no município da mesma.

O município de Holambra, fundada como colônia holandesa em 1948, emancipada em 1991 e recebendo o título de Estância Turística em 1998, teve ao longo de sua história o sistema cooperativista como modelo de desenvolvimento e crescimento, presente nas relações socioespaciais e influenciado pelos sistemas técnicos provindos da Holanda, sistemas estes que podem ser entendidos como o “conjunto das técnicas que a cada momento vem constituir a base material da vida das sociedades” (KAHIL, 1997), e que possibilitam compreender as “diversas formas históricas de estruturação, funcionamento e articulação dos territórios”, neste caso, do território holambrense.

Inicialmente, a produção principal era voltada para os laticínios, apoiada técnico e financeiramente pela Cooperativa Agropecuária Holambra, enquanto que a produção florícola ficava em segundo plano. A partir do empenho de imigrantes e de recém-chegados holandeses, a produção de flores começou a assumir importância dentro da economia local e posteriormente viria a ser a principal produção da colônia holandesa. A Cooperativa viu a necessidade de criar um departamento específico desta cultura, para em 1989, vir a instalar a atual Cooperativa Veling Holambra.

1 – A PRODUÇÃO DE FLORES E PLANTAS ORNAMENTAIS E O COOPERATIVISMO

1.1 - O cooperativismo e a organização política no lugar

A origem do cooperativismo remete ao início do século XIX, época em que a Doutrina Liberal e Individualista, marcada pela microeconomia e não intervenção do Estado na esfera econômica prevalecia na Inglaterra. E tal surgimento, como apontado por Klaes (2007), pode ser compreendido justamente pela organização socioeconômica da época, ou seja, o surgimento das primeiras cooperativas seria uma resposta as desigualdades que afloravam nas condições de trabalho e na qualidade de vida dos operários, os quais estavam submetidos a lógica da concorrência entre as unidades de produção, assim como também entre os próprios operários, os quais se viam obrigados a vender sua força de trabalho a preços mínimos.

Como explanado por Klaes (2007), as consequências oriundas do liberalismo econômico, podendo-se destacar a realidade que as classes trabalhadoras enfrentavam, impuseram na própria consciência desta, a vontade de uma nova organização de trabalho que superasse a miséria de suas vidas pelos seus próprios meios. Houve então a instalação de cooperativas, sendo que o marco inicial se deu em 1844 com os tecelões de Rochdale (Pioneiros de Rochdale), e a elaboração de princípios norteadores desta nova organização de trabalho.

Mas antes de apontar os princípios básicos do cooperativismo, os quais foram fixados em 1937 (Paris – Aliança Cooperativa Internacional) e modificados em 1966, é importante esclarecer o princípio fundamental que norteou o início das primeiras organizações cooperativistas, além de esclarecer um importante aspecto que caracterizou a união de produtores se afirmando como cooperativas, segundo MAURER (1966, p. 79; p. 80):

toda atividade econômica – seja de produção, de distribuição ou de serviços quaisquer – se realiza para os usuários e, como tal, deve atender os seus interesses e submeter-se ao seu controle.

o simples fato de um grupo unir-se para cooperar com um determinado objetivo não constitui uma cooperativa; do contrário até um trust (...) teria direito a esse nome; o que integra uma associação de pessoas no movimento

cooperativo é o seu ideal de cooperação e de solidariedade humana sem limites e sem distinções.

No que diz respeito aos princípios básicos, estes estão apontados abaixo:

1. Porta aberta, ou seja, não se limita a adesão de qualquer pessoa a cooperativa, independente de religião, classe e opção política;
2. Adesão livre: o associado pode entrar ou sair a hora que bem entender;
3. Controle democrático: um voto por associado, o que difere (em teoria) a cooperativa de uma empresa (capitalista). Enquanto que na primeira a igualdade entre os associados seria estabelecida, na segunda o direito/número de votos seria proporcional ao capital de cada associado;
4. Distribuição de sobras aos associados na proporção de suas operações com a sociedade, sendo que uma parte destina-se ao desenvolvimento da cooperativa; aos serviços comuns; aos associados “pro rata” das operações; ou seja, redistribuições que eliminariam “em teoria” o lucro;
5. Juros limitados sobre o capital, sendo que este é fixo e destinado a prestar serviços a própria cooperativa, evitando a especulação;
6. Salário condigno ao trabalhador;
7. Neutralidade política e religiosa;
8. Venda à vista, sem crédito; e
9. Educação contínua custada por uma parcela do saldo atual.

Por mais importante que seja a retomada de princípios e da “evolução” do cooperativismo, buscaremos neste estudo em questão a compreensão das atuais formas que as estruturas cooperativistas vêm assumindo, a partir do território e dos usos que se vem fazendo deste, ou seja, da categoria de análise *território usado* (SANTOS, 2002; SANTOS e SILVEIRA, 2001), pela qual se leva em consideração para o estudo territorial “a interdependência e a inseparabilidade entre a materialidade, que inclui a natureza, e o seu uso, que inclui a ação humana, isto é, o trabalho e a política” (SANTOS e SILVEIRA, 2001), no caso específico do município de Holambra. Além disso, é de extrema importância compreender que o Mundo agora é outro, o qual se apresenta cada vez mais dinâmico, voraz e instantâneo, e que tende a adaptar até mesmo os sistemas cooperativistas a uma lógica única e global, como veremos ao decorrer deste estudo.

Assim sendo, vale retomar, mesmo que sumamente, alguns eventos da *formação socioespacial* (SANTOS, 1977), que acabaram por culminar para o que vemos (e buscamos compreender) hoje, a fim de apreender os significados das novas dinâmicas que se configuram no município. Ou seja, o processo histórico que condicionou a formação social é entendido como sendo inseparável do espaço, justamente por ser realizado neste, o que leva a importância do conceito de Milton Santos de *formação socioespacial*.

O início e surgimento da colônia holandesa Holambra, no interior do estado de São Paulo, remete ao cooperativismo, modelo organizacional adotado para assegurar a vida, a produção agrícola e um futuro promissor aos primeiros holandeses que imigraram de um país pós-guerra para um recomeço em terras brasileiras, trazendo consigo uma outra cultura, outros anseios, mas principalmente, neste estudo em questão, novas técnicas. Técnicas novas, as quais ao mesmo tempo que possibilitariam novas formas de organização e usos do território, também, pelo fato de advir de outro lugar, e se instalar neste, “são obrigadas a se ombrear com as já existentes e a viver junto com elas no conflito e na cooperação” (SANTOS, 2000). Técnica, que segundo Milton Santos, “é a grande banalidade e o grande enigma, e é como enigma que ela comanda nossa vida, nos impõe relações, modela nosso entorno, administra nossas relações com o entorno”.

as técnicas são um conjunto de meios instrumentais e sociais, com os quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria espaço. (SANTOS, 2002)

Holambra, fundada como sendo a Cooperativa Agro-Pecuária Holambra (CAPH) no ano de 1948, foi viabilizada pela compra da Fazenda Ribeirão, uma área de aproximadamente 5.000 hectares, pertencente aos Frigoríficos Armour e localizada próximo ao município de Campinas (SP). No que diz respeito a imigração, tal evento foi promovido pela KNBTB (Katholieke Nederlandse Boer em Tuinders Bond – Associação dos Lavradores e Horticultores Católicos da Holanda), organização esta que foi fundamental para que o acordo de imigração e colonização entre o Brasil e a Holanda fosse possível. Tal acordo estabelecia, além do apoio financeiro de ambos os governos e a compra das terras que receberiam a instalação da colônia, “a cooperação científica, intelectual e técnica, a imigração em grupo, a abertura do território brasileiro, o intercâmbio de profissionais e estagiários, a

transferência de empresas holandesas e “know-how”, o recrutamento e seleção de imigrantes, facilidades e isenções nas importações e transportes de imigrantes e bens” (RIETJENS, 2003).

Frente às dificuldades, tanto no que diz respeito às condições dessemelhantes com o país de origem para as atividades agrícolas diversas, quanto aos recursos limitados para exercer estas, os produtores, a fim de defender os seus interesses, se reúnem e se organizam como cooperados, “o que lhes permitiu passar de um consumo puramente econômico, necessário às respectivas produções, a um consumo político localmente definido” (SANTOS, 1994).

“Aquilo que parecia ter sido um passo atrás para os holandeses que aqui chegaram, tornou-se força para decolagem de um trabalho solidário no lugar. A solidariedade necessária viria não só dos ideais de igualdade e fraternidade, como força propulsora dos meios culturais e espirituais da ação cooperativa, mas do reconhecimento da situação de escassez que encontraram.” (KAHIL, 1997, p. 29)

E a afinidade com as novas técnicas e entre as pessoas, as novas relações horizontais e trocas entre holandeses e brasileiros, ou seja, o conhecimento que foi se produzindo no lugar passa a ser de fundamental importância para aprofundar o que viria a ser chamado, mesmo que teoricamente, o cooperativismo. Ou seja, a possibilidade de um viver e de um fazer comum, “menos pragmático e mais espontâneo”, permitindo assim “o exercício da criatividade” (SANTOS, 1996) na colônia holandesa era, ou poderia vir a ser real.

Esse conhecimento pode ser um dos pilares para criar “uma base de vida que amplie a coesão da sociedade civil, a serviço do interesse coletivo” (M. Santos, 1996, p. 228). Sem dúvida, haverá sempre o risco de uma ação tornada funcional para a ordem global. Mas, como o trabalho comum no lugar precisa e cria informação sobre a produção e sobre o mercado, descobrem-se, acima dos conflitos, interesses comuns que podem conduzir a uma consciência política, na base de uma densidade comunicacional dinâmica e transformadora. (SANTOS e SILVEIRA, 2001)

Em meados de 1960, a maior parte da produção de Holambra estava voltada para a avicultura e citricultura, principais setores de retorno financeiro para os produtores, assim como de investimentos por parte da CAPH, ao mesmo tempo que alguns cooperados iniciavam as atividades no ramo florícola, atividades estas que não tinham o mediação da Cooperativa. Ou seja, mesmo sendo associados e

pagando taxas sobre a produção de flores e plantas ornamentais, este ramo não era “incluído” como uma atividade da cooperativa, ficando em segundo plano.

Porém, a insistência para com a viabilização da produção e comercialização deste ramo, sem recursos advindos da Cooperativa, todavia com técnicas e conhecimentos, em sua maioria advindos da Holanda impulsionaram a continuidade e expansão da produção florícola, envolvendo até a aquisição de terras em outras localidades. A CAPH, frente ao quadro promissor que se instituía, investe na construção de um barracão de flores.

O fortalecimento de algumas atividades agrícolas, em detrimento do enfraquecimento de outros, aliado a uma maior especialização das principais atividades alimentada pelos investimentos da CAPH, levam os cooperados a decidirem pelo desmembramento desta. Surgem a partir deste momento, três novas cooperativas: a Cooperativa de Insumos, a Cooperativa Pecuária Holambra e a Cooperativa Veiling Holambra (CVH).

1.2 - Comercialização sobre bases cooperativistas: a instalação da Cooperativa Veiling Holambra e a expansão florícola

Diante desse quadro a instituição/instalação da Cooperativa Veiling Holambra, resultado do desmembramento da cooperativa CAPH, é entendido como sendo o início de uma organização e regulação da comercialização de uma produção que cresceu não somente no território holambrense, como também em outros municípios, com a aquisição, por parte de produtores, de terras fora dos limites de Holambra. Ou seja, tal instalação pode ser compreendida como facilitadora para a unificação e articulação das etapas produtivas, as quais estão cada vez mais dispersas no espaço, ao mesmo tempo que tende a ampliar ainda mais este novo circuito espacial de flores e plantas ornamentais na Região Metropolitana de Campinas, principalmente, e no Brasil.

Entre outras infra-estruturas decorrentes da especialização produtiva, a implantação da Cooperativa Veiling respondeu à necessidade de

maior fluidez na comercialização das flores e plantas ornamentais, já que se trata de produtos perecíveis. (GALLI, 2009, p. 146)

A fim de compreender como se dá a atual concentração e distribuição da produção de flores e plantas ornamentais, se faz necessário o esclarecimento dos conceitos *circuito espacial da produção e círculos de cooperação* (SANTOS, 1986; SANTOS; SILVEIRA, 2001), os quais são também fundamentais para o “*entendimento da organização, da regulação e do uso do território*” (CASTILLO; FREDERICO, 2010) e do aprofundamento da *divisão territorial do trabalho* (SANTOS, 2002).

Enquanto os circuitos espaciais produtivos são definidos pela circulação de matéria, de bens e produtos, em complemento, os círculos de cooperação surgem como sendo toda circulação de fluxos imateriais, os quais, ao mesmo tempo que são complementares aos circuitos produtivos, também são responsáveis por afinar o comando do processo produtivo, ao passo que reuni “o que o processo direto da produção havia separado em diversas empresas e lugares”. Dessa forma, os circuitos espaciais produtivos e seus respectivos círculos de cooperação evidenciam “o uso diferenciado de cada território por parte das empresas, das instituições, dos indivíduos e permitem compreender a hierarquia dos lugares desde a escala regional até a escala mundial” (SANTOS e SILVEIRA, 2001).

1.3 - A estrutura da cooperativa Flora Holland

Com um volume de negócios que movimentou €4,35 bilhões em 2013, a Flora Holland, cooperativa sediada na Holanda nas cidades de Aalsmeer, Naaldwijk (foto 1), Rijnsburg, Bleiswijk e Eelde, responde por uma das maiores cooperativas de comercialização de flores e plantas ornamentais no mundo, com um número de aproximadamente 5.000 cooperados.

A direção da cooperativa é composta por dois diretores: o geral, cabendo-lhe o papel de garantir a eficiência de funções como recursos humanos, estratégia,

operacional, comunicação, negócios externos e serviços de varejo; e o financeiro, cabendo-lhe funções como leilão, qualidade do produto, mercado interno, logística e instalações e negócios jurídicos, sendo que a função destes é de liderar e organizar as decisões estratégicas, tanto para com o próprio funcionamento da empresa, como para o mercado. Porém, sendo instituída como uma cooperativa, na qual as decisões são feitas justamente pelos cooperados, a Direção atende aos parâmetros estabelecidos pelo Conselho, neste caso, o que tem a função de representar os cooperados.

O principal objetivo da cooperativa consiste em alcançar rendimentos máximos de venda ao menor custo possível, a curto e longo prazo, finalidade esta que não difere de outras corporações. Enquanto as formas ou aparências empresariais possam mudar, o conteúdo, os objetivos são os mesmos, tanto para a Flora Holland, sediada na Holanda, quanto para a Cooperativa Veiling Holambra, sediada no Brasil, como veremos mais adiante.

Tais semelhanças ocorrem no atual período, graças ao alcance global que o sistema técnico obteve, sistema este que, a partir da emergência do período técnico-científico (e do atual meio técnico-científico-informacional), acaba por se tornar único, comum, almejando alcançar todos os lugares, característica de extrema importância para compreender o que Milton Santos alertou como sendo o novo na história do mundo. A partir disso, e entendendo que tal fato é uma realidade no atual período, fica claro que “ao alcançar os lugares, o Mundo muda ao mesmo tempo em que uma nova dinâmica se instala no lugar” (KAHIL, 2005). Mas vale lembrar que tal processo, o da mundialização, representado atualmente pela “multinacionalização das firmas e a internacionalização da produção e do produto; internacionalização das trocas, do crédito, do consumo, da informação”, “não quer dizer que o mundo se tornou homogêneo e as diferenças sociais ou espaciais se apagaram” (KAHIL, 2010).

Sobre o processo de mundialização e suas conseqüências, para Santos (1991),

essa evolução culmina, na fase atual, onde a economia se tornou mundializada, e todas as sociedades terminaram por adotar, de forma mais ou menos total, de maneira mais ou menos explícita, um

modelo técnico único que se sobrepõe a multiplicidade de recursos naturais e humanos (SANTOS, 1991).

E sobre o impacto que as instituições fundamentais sofrem:

Assim, instituições fundamentais, como território, cidadãos e Estados nacionais perdem poder de articulação política (legitimidade) frente aos mecanismos de institucionalização do processo atual de globalização econômica e política (KAHIL, 2005, p. 480).

A partir deste momento, a noção de política exercida pelos Estados, de vital importância para legitimar os direitos conquistados e a conquistar pela sociedade, vai se confundindo com os “direitos” que cabem a alguns poucos atores, processo pelo qual tal palavra nem serve mais, cabendo mais apropriadamente a palavra privilégio. E a maneira como se dá o avanço dos sistemas técnicos e suas maravilhas para com a “construção” de um mundo melhor vão camuflando, ao mesmo tempo que aprofunda, um processo fragmentador.



Foto 1: Cooperativa Flora Holland em Naldwijk – Holanda. Fonte: trabalho de campo realizado em 17/06/2013.

2 – COOPERATIVISMO ORGANIZACIONAL: NOVAS COOPERATIVAS, RACIONALIDADE E EFICÁCIA TÉCNICA

A consolidação do ramo florícola como atividade produtiva dominante no município, assim como o destaque que este teve no alcance turístico no país, foram fatores essenciais para fortalecer o aumento da comercialização por parte dos produtores envolvidos neste ramo, assim como da intensificação das atividades da Cooperativa Veiling, porém também abriu espaço para novos modelos de comercialização. Duas novas cooperativas de comercialização de flores e plantas ornamentais foram instaladas, a Cooperflora em 1999 e a Cooperplantas em 2003, cada qual com suas características técnicas e organizacionais.

Portanto, se faz necessário a descrição destes sistemas técnicos, contemplando as três cooperativas de comercialização florícola, a fim de expor as materialidades e modos de organização e regulação presentes nestes sistemas. Já vale aqui salientar que este novo conjunto de técnicas, segundo Milton Santos, acaba por se tornar, no atual período, hegemônico, graças ao papel que a informação assumiu, juntamente com a ciência e a técnica, nas relações sociais, como veremos a seguir.

A Cooperativa Veiling Holambra (foto 2) conta com 336 sócios/cooperados (dez/2013), além dos não-cooperados, os quais não entram no balanço da cooperativa, e 501 clientes. No que diz respeito ao produto flores e plantas ornamentais, este é dividido por categoria de produtos, a saber: flores envasadas, flores em corte e plantas ornamentais e jardinagem, sendo que nesta cooperativa em questão, o mais representativo no faturamento de 2013 foi a categoria flores envasadas, com o total de 62 % (flores em corte: 27%; plantas ornamentais e jardinagem: 11%).



Foto 2: Cooperativa Veiling Holambra em Santo Antônio de Posse – SP (Fonte: trabalho de campo realizado em 15/09/2014.)

Localizada inicialmente no município de Holambra, desde sua fundação em 1989, o seu rápido crescimento e o espaço de atuação da cooperativa cada vez mais limitante, acabaram por justificar a construção de um novo complexo em outra área, no município vizinho de Santo Antônio de Posse. A nova localização teve grandes benefícios para a cooperativa em termos de fluxos aprimorados e capacidade de expansão, devido: i) pela proximidade da rodovia SP-340, a qual faz a ligação Moji-Mirim – Campinas; e ii) área de 800.000 m² para construção.

O início deste projeto de ampliação e realocação da unidade CVH se deu no ano de 1998, com a aquisição de uma nova área de 800.000 m², a qual já viria a ser parcialmente utilizada em 2006, para em seguida ser inaugurada em 2009. Este novo complexo apresenta números significativos no que diz respeito a área total (800.000 m²), construída (120.000 m²), de câmeras frias (6.200 m²) e de vagas de carga e descarga (450), sendo que tais áreas estão constantemente sendo ampliadas, a fim de maximizar os fluxos e reduzir filas de espera de carregamento dos produtos.

A *especialização territorial produtiva* (SANTOS e SILVEIRA, 2001) exigiu a ampliação e até construção de uma nova unidade, ao passo que deixou para trás um prédio (Fotos 3 e 4) que não servia mais as necessidades dos cooperados, assim como para quase nenhuma outra atividade que ali pudesse ser instalado, o que foi constatado ao longo dos últimos anos: uma área de 93.000 m², próxima a região central do município, inutilizada, salve algumas utilizações parciais do mesmo.



Foto 3: Antiga instalação da Cooperativa Veiling Holambra (Fonte: trabalho de campo realizado em 16/01/2015.)



Foto 4: Antiga instalação da Cooperativa Veiling Holambra (Fonte: trabalho de campo realizado em 16/01/2015.)

O organograma da CVH é estruturado da seguinte forma: em estrutura hierárquica está disposto primeiramente o Conselho de Administração representado por um presidente, um vice-presidente e quatro conselheiros, conselho este que é eleito em Assembleia Ordinária aberta a todos os cooperados, os quais tomam tal decisão; em seguida o Diretor; e por último estão dispostos, no mesmo nível, os Departamentos Comercial, de Tecnologia de Informação, Administrativo Financeiro, de Qualidade, de Logística e Facilidades, e Marketing e Comunicações.

Uma das formas de comercialização se apresenta pelo sistema Klok, de origem holandesa e em funcionamento na Cooperativa Flora Holland (Foto 5) o qual diferenciou e consolidou a cooperativa na atividade florícola, devido a rapidez e simultaneidade da realização dos leilões e da disponibilização das informações referentes aos produtos; a saber o seu funcionamento: nos três Kloks localizados na área denominada Tribuna (Foto 6), os quais são representados por telões LED de 17 metros de largura por 5 metros de altura, todas as informações que dizem respeito ao produto são exibidas para o comprador sentado em um dos 446 terminais de compra da Tribuna, lugar este composto por um sistema eletrônico instalado na

mesa, onde o comprador que der o lance primeiro, leva o produto; a diferença principal para os leilões tradicionais é que o valor começa no mais alto (estabelecido entre a cooperativa e o cooperado) e vai reduzindo; este sistema funciona “como uma espécie de bolsa de valores para o mercado”, e devido o seu funcionamento complexo “somente pessoas autorizadas por empresas cadastradas ao Veiling podem participar”¹.

O leilão reverso, sistema presente somente no Veiling, vem diminuindo nos últimos anos frente ao outro sistema comercial, denominado como intermediação (60 % do total do faturamento de 2013). O crescimento da intermediação, frente ao tradicional sistema Klok, pode ser explicado pela flexibilidade e adaptação a lógica do mercado atual, como por exemplo com a implantação do Veiling Online, o qual “busca participar e envolver mais o produtor no processo de venda e levar a autonomia de compra para proprietários e ponto de venda, gera mais oportunidades para ambos e é também mais um canal de vendas para os elos da cadeia” (VEILING, 2013, p.7).

Em complemento aos modelos de comercialização acima explicitados, a cooperativa lançou em 2014 o Gran Flora Veiling Holambra (Foto 7). Baseado no conceito Cash e Carry, o mesmo propõem “oferecer ao mercado um modelo de negócios já consolidado na Holanda, porém inédito no Brasil, centralizando em um só recinto um maior mix de produtos, acessórios e materiais (one stop shop)” (VEILING, 2013, p.9).

¹ <http://www.veiling.com.br/>



Foto 5: Tribuna com os três “kloks” para realização do leilão na Cooperativa Veiling Holambra. Fonte: <http://www.veiling.com.br/>



Foto 6: Tribuna com os três “kloks” para realização do leilão na Cooperativa Flora Holland em Naldwijk - Holanda. Fonte: trabalho de campo realizado em 17/06/2013.

A etapa seguinte a comercialização ocorre ao mesmo tempo desta, ou seja, o a liberação dos produtos e carregamento dos mesmos nos caminhões com a conclusão da venda se dá no mesmo instante em que a compra é finalizada por cada cliente. Tal instantaneidade é garantida pela transmissão das informações de venda aos setores de logística. Ou seja, tais etapas, o de comercialização e o de escoamento do produto, acabam por se confundir, ocorrendo ao mesmo tempo, justamente pela rapidez da divulgação do que ocorre na Tribuna e dos diversos setores encarregados estarem vinculados a um único sistema.

O Departamento de Logística e Facilidades também traz significativas inovações para acelerar ainda mais o processo comercial e de distribuição, ou como apresentado pelo Veiling, “garantir ganhos logísticos significativos” (VEILING, 2013), ao aprimorar o plano de segurança interna da cooperativa, com instalações de câmeras, grades de proteção e treinamento de equipes especializadas. Além disso, o sistema de radiofrequência (RFID), o qual consiste na identificação dos produtos por radiofrequência, ou seja, num maior controle dos materiais, agora de maneira eletrônica, a fim de eliminar possíveis erros cometidos pelos lançamentos manuais no sistema pelos funcionários e melhorar assim a eficiência operacional.

O aprimoramento da operacionalização da Cooperativa Veiling Holambra se deve, além das inovações logísticas, de forma muito significativa, a função do Departamento de Tecnologia da Informação (TI) de conectar todos os setores da cooperativa, justamente pelo papel que a informação assumiu no atual período.

Vale lembrar que para se tornar um comprador dos produtos Veiling, é necessário que o cliente seja uma pessoa jurídica, possua transporte próprio, compre no mínimo R\$15.000,00 por mês e tenha o cadastro aprovado pelo Departamento Comercial.



Foto 7: Edifício Gran Flora da Cooperativa Veiling Holambra (Fonte: trabalho de campo realizado em 15/09/2014.)

Uma outra cooperativa do mesmo ramo econômico, denominada Cooperflora, está instalada desde 1999 em Holambra, e tal implantação foi fruto da saída de cooperados da CVH com a insatisfação na organização da mesma e dos números favoráveis em relação ao crescimento do setor florícola no país, possibilitando construções de novos empreendimentos que, justamente, atendessem a esta ampliação da comercialização florícola.

A cooperativa Cooperflora apresenta em torno de 50 a 52 cooperados, um quadro de funcionários de aproximadamente 90 funcionários e tem como principal categoria de flores e plantas ornamentais comercializada, a “flores em corte (entre 90 e 95% do total comercializado).

No que diz respeito ao modelo de comercialização principal adotado, a cooperativa oferece ao cooperado o Sistema Integrado Cooperflora (SINC), no qual o próprio produtor “lança” as ofertas no sistema, através da Internet, caracterizando

a instantaneidade da ação frente a demanda crescente do mercado de flores. O segundo modelo é o de intermediação.

O processo completo entre o cooperado e a cooperativa envolve as seguintes etapas: 1) com o produto em condições prontas para ser comercializado, o produtor, além de informar a cooperativa, também se responsabiliza por “alimentar” o SINC com a oferta de seu produto; 2) envio do produto para a cooperativa, etapa esta que finaliza as obrigações do produtor para com todo o processo; 3) recebimento do produto, etapa que inicia o papel do Departamento de Logística da cooperativa no processo; 4) separação; 5) carregamento; 6) expedição; 7) controle do material circulante, o qual contem o carrinho, o cesto e a divisória; 8) faturamento; 9) recebimento do pagamento do cliente; 9) repasse do pagamento para o produtor. As etapas 1 e 2 são geridas pelo Departamento Comercial, 3 a 7 pelo Departamento de Logística, 8 pelo Financeiro e 9 pelo Administrativo

Além do Comercial, de Logística, Financeiro e Administrativo, a cooperativa apresenta também os seguintes Departamentos: de Material Circulante, de Movimentação Interna (logística), de Gestão de cargas, de Tecnologia da Informação e de Contabilidade.

O controle do material circulante também se dá de maneira muito parecida ou mesmo igual ao que ocorre com o sistema RFID do Veiling, sendo que nesta cooperativa, cada cesto de flores possui um chip de identificação, o qual é detectado e monitorado por um sistema de radiofrequência (RFID).

A terceira e mais recente cooperativa instalada em Holambra é a Cooperplantas, a qual acaba por se diferenciar em relação às modernas infra-estruturas apresentadas pela CVH e Cooperflora, mas mesmo assim, acaba por garantir a eficiência nas etapas comerciais.

A cooperativa Cooperplantas conta com 70 cooperados, 12 funcionários, sendo que são 3 vendedores, 3 do setor financeiro (um realiza o faturamento, outro a cobrança e o pagamento de contas, e outro o pagamento ao produtor/cooperado).

Após o recebimento e a descarga dos produtos na área de Descargas (Foto 8), os mesmo são registrados por apenas um computador instalado na área central do pátio, área esta que é ao mesmo tempo a de “Descargas” das mercadorias

enviadas pelo produtor, de organização e logística dos carrinhos e despacho da mercadoria vendida .

No que diz respeito a comercialização, esta é promovida pela intermediação apenas, dispensando qualquer sistema ou leilão eletrônico. E como fonte de arrecadação é cobrada uma taxa de 13,8 % do produtor pela cooperativa

Tais características, quando comparadas entre as três cooperativas, revelam um controle sobre o material circulante diferentes, devido a condições financeiras, técnicas, operacionais e informacionais também diferentes, principalmente no que diz respeito ao funcionamento da Cooperplantas em relação as outras duas. Porém, mesmo que as situações dentro das cooperativas se diferenciem, a comercialização é garantida, assim como a intensificação dos fluxos materiais acompanhados dos imateriais. Já os números referentes ao crescimento da maior cooperativa (em torno de 12 % de 2013 para 2014) não apontam nenhuma queda frente às cooperativas mais recentes.



Foto 8: Área de “Descargas” e Logística da Cooperplantas. (Fonte: trabalho de campo realizado em 15/09/2014.)



Foto 9: Área de recebimento de produtos da Cooperativa Veiling Holambra (Fonte: trabalho de campo realizado em 15/09/2014.)



Foto 10: Área de recebimento e despacho de produtos da cooperativa Cooperflora.(Fonte: trabalho de campo realizado em 15/09/2014.)

3 – HOLAMBRA ESPECIALIZADA, TERRITÓRIO SETORIZADO

3.1- Poder: do município, das cooperativas e dos cooperados

A constante adição de novos sistemas técnicos e consequente renovação de materialidades voltadas para o setor florícola, acrescido de um maior suporte por parte das cooperativas e investimentos advindos de outros agentes, além da maior adaptação ao mercado global, foram os fatores, apresentados anteriormente, que acabaram por condicionar a “criação” desta especialização funcional de flores e plantas ornamentais.

O relativo barateamento dos transportes, que viabiliza o deslocamento de insumos e produtos acabados, a existência de maquinário, a informação especializada e convergente, a presença de força de trabalho treinada, a força de interesses e reivindicações surgidas de um trabalho comum constituem, entre outras, as condições técnicas e sócias – e não mais naturais – que determinam as especializações territoriais. São os fatores técnico-sociais de localização no período contemporâneo. (SANTOS e SILVEIRA, 2001)

A especialização está instituída e condiciona as ações, normas e novas materialidades, as quais são reveladas pelo uso do território. Porém, como lembrado por Telma Galli (2009), tratar da questão territorial, do *território usado* (SANTOS e SILVEIRA, 2001), acaba por envolver os agentes dispostos neste território, na medida em que se entende como os interesses acabam por ser atendidos seletivamente e as ações praticadas tendem a ser isoladas, distorcendo interesses sociais e alterando direitos em benefícios para alguns.

Então, entende-se que a busca pelo real papel exercido por esses agentes sobre o território frente a especialização já construída, nos leva ao esclarecimento dos usos e ações praticadas no território e o sentido destes. Além disso, os agentes se diferem pelo poder de ação que cada um exerce sobre o território, seja pelos recursos disponíveis e regulados, ou mesmo por condições técnicas e financeiras mais vantajosas.

O território não é menos indispensável, uma vez que é a cena do poder e o lugar de todas as relações, mas sem a população, ele se resume a apenas uma potencialidade, um dado estático a organizar e a integrar numa estratégia. Os recursos, enfim, determinam os horizontes possíveis da ação. Os recursos condicionam o alcance da ação. (RAFFESTIN, 1993, p. 58)

A começar pelo poder municipal, este se vê frente a isenção de alguns impostos, primeiro, do produto “flores e plantas ornamentais”² e segundo, das empresas instaladas e organizadas como cooperativas. Ou seja, como foi constatado junto a Prefeitura, não há arrecadação proveniente do processo que envolve a comercialização de flores e plantas ornamentais, etapa esta que concerne à função das cooperativas em questão, segundo Sérgio Henrique Celegatti, responsável pelo Departamento de Finanças da Prefeitura, o qual destacou que a principal fonte de arrecadação são as atividades ligadas à pecuária, representado 44 % da receita municipal.

Diante do ramo econômico que se tornou hegemônico no município, graças ao fortalecimento da especialização produtiva, as políticas públicas, as quais cabem ao exercício do poder municipal, tendem, por um lado, atender a imagem de “Cidade das Flores”, a fim de manter o potencial produtivo, comercial e turístico. Por outro lado, a expansão urbana que vai se dando exige, assim como em todos os municípios, investimentos de necessidade básica a população, aliado a um planejamento territorial eficaz.

Então já temos aqui uma discussão em torno do embate entre o fortalecimento da especialização funcional construída e fortalecida nas últimas décadas, porém sem retorno no que diz respeito a arrecadação municipal, e as necessidades públicas exigentes, claro, de políticas públicas.

Em relação ao poder das três cooperativas o destaque é dado para a CVH, justamente por suas características que a definem como a mais poderosa e significativa nos números do ramo florícola no país. Em relação aos balanços patrimoniais já fica claro uma maior capacidade de ação por parte do Veiling, como pode ser observado na Tabela 1. Mas, mais do que isso, mais do que os números possam nos mostrar, vale o esforço de buscar compreender o aumento deste poder de ação ao retomar a maneira como se dá o controle sobre os sistemas técnicos, descrito no capítulo anterior, com a regulação do território holambrense, ou seja, como o território pode nos mostrar o que os números não revelam.

² Há isenção de ICMS sobre o produto “flores e plantas ornamentais” segundo artigo 338, inciso VI do Decreto 33.118/91.

Tabela 1: Balanço final das atividades das cooperativas em 2013

Cooperativas	Receita líquida (em reais)	Sobras/lucro (em reais)
Veiling	499.622.000,00	2.594.000,00
Cooperflora	90.064.163,00	90.350,00
Cooperplantas	6.044.401,29	206.800,56

Fonte: Cooperativa Veiling Holambra, Cooperflora e Cooperplantas.

Organização: Bruno Libânio

Poder de ação este que se verifica no “abandono” de antigas instalações e de realocação da unidade comercial em outro município, ou seja, um poder regulador não apenas de preços, do mercado, mas também do território, um território que vem a ser funcional para apenas algumas poucas instituições. Cabe aí um possível entendimento das desigualdades socioespaciais que vão se instalando no território, uma verdadeira resposta às ações seletivas que vão se dando dentro de áreas muito bem escolhidas.

A inclusão do poder exercido pelos cooperados nesta relação de poder que buscamos analisar se fez necessária, primeiro pelo fato de que os cooperados são a própria cooperativa, pois produzem, decidem, investem e a fortalecem. Segundo pelo fato de que, por motivos contrários aos estabelecidos, alguns cooperados se desligaram da cooperativa originária, para buscar novas formas de comercializar o seu produto, o que consistiu, como verificado no capítulo anterior, na instalação de novas cooperativas, ou mesmo, como veremos a seguir, de outras empresas.

Na relação de poder que envolve as ações ligadas às cooperativas, a prefeitura e aos cooperados, pôde-se observar a tendência à orientação de decisões políticas para com o fortalecimento do ramo florícola, atendendo desta forma, os interesses mercadológicos, em detrimento de interesses sociais. E assim sendo, podemos falar que já que as cooperativas, em especial a CVH, têm um poder de atuação sobre a prefeitura, há, conseqüentemente, regulação do território por estes agentes. “O território tido apenas como recurso é planejado de forma setorializada e funcional, ou seja, as ações são isoladas e não contemplam os interesses sociais que são distorcidos em função dos particulares.” (GALLI, 2009, p. 184)

3.2 - Cooperação substituída pela competição: o uso corporativo do território

Frente a “democracia do mercado” e ao discurso único, as práticas cooperativistas se vêem dissolvidas em práticas corporativas, ao passo que o território deixa de ser cada vez mais um *abrigo*³ de todos e a política se enfraquece frente à demanda social, se fortalecendo no âmbito empresarial.

A ampliação da *densidade técnica* (SANTOS, 1996) no território e as possibilidades que as técnicas poderiam proporcionar ao município se dão de maneira desigual e funcional, distanciando o município de possíveis usos solidários do território, e aproximando-o cada vez mais do caminho fragmentador imposto pelos agentes hegemônicos, submetendo todo um projeto de união e de construção de um futuro que enaltecesse valores coletivos a interesses individuais.

Associado a isso, o poder municipal deixa de efetivar uma política territorial (morte da política) e o uso corporativo do território que se aprofunda, nega não somente o cooperativismo, mas todo um território, minimizando, ou mesmo, anulando as uniões horizontais. A partir destas hipóteses, abre-se a discussão para as chamadas verticalidades e os novos usos do território, que tendem a configurar as futuras intencionalidades do município holambrense sob a égide do discurso global.

E, nesse sentido falar em uso corporativo do território é a categoria adequada para expor a normatividade interna da forma hegemônica de ordenamento dos sistemas de objetos e de justificação da conduta das ações (corporativas), ou seja, forma hegemônica de compartilhar o espaço no capitalismo contemporâneo. (KAHIL, 2005, p. 478)

A funcionalidade das ações políticas, as quais se confundem com as empresariais, continua sendo aprofundando. A prefeitura apresentou ao Governo do Estado de São Paulo a proposta de criação da primeira faculdade das flores do Brasil, a qual, sendo instalada em Holambra, viria a ser uma extensão da FATEC de Moji Mirim, para a formação profissional voltada a tecnologia de produção de flores, assim como de hortaliças, sementes e gastronomia.

³ Gottmann (1975) elabora uma discussão apontando que o território pode ser, ao mesmo tempo, abrigo e recurso.

A atração de investimentos, tanto do setor público, quanto do setor privado, não para por aí. Atualmente, está em fase de construção um novo modelo comercial para o ramo econômico, o Ceaflor, que consiste em um centro atacadista composto por mais de 700 boxes cuja finalidade é comercializar, de maneira mais direta e rápida, flores, plantas, gramas e acessórios ligados a floricultura, aproveitando “a sinergia existente no local”.⁴

Diante deste quadro, fica evidente que tanto as instalações passadas, presentes e futuras, quanto os investimentos públicos, que se confundem com os interesses exclusivos das empresas, atendem aos interesses do mercado, o qual exige cada vez mais fluidez, rapidez e lucro máximo do território que é escolhido e utilizado para tais fins.

Porém este mesmo território é passível de outros usos, de ações contra-hegemônicas, ou seja, de uma aproximação maior de condutas, de fato, cidadãos, enaltecedoras de ideias, anseios, desejos e escolhas tomadas no e para com o município.

Então, a análise desta possível substituição, do cooperativismo pelo corporativismo, a qual foi proposta neste estudo, é percebida não pelas modificações ou adaptações que os princípios do cooperativismo sofreram nas últimas décadas, mas pelo modo que o território é utilizado, de que maneira os objetos se instalaram e continuam a ser nos limites internos e até externos do município, atendendo as demandas do mercado (e não as demandas sociais) e como estes objetos são utilizados, por quem e para qual finalidade. Ou seja, todo o território acaba por ficar vulnerável a decisões muito mais mercadológicas do que de cunho político, enquanto que os valores sociais são condicionados por valores meramente técnicos.

Da mesma forma que as relações locais “criaram” e instalaram no território a especialização funcional produtiva de flores e plantas ornamentais, estas mesmas relações, atribuindo um caráter mais horizontal e espontâneo, poderiam enraizar valores culturais, a serviço, não da economia global tal qual está posta atualmente, mas para o fortalecimento do lugar, pelo qual, segundo Kahil (1997), pode-se

⁴ <http://www.ceaflor.com.br/o-projeto.php>

encontrar, e até mesmo compreender, o funcionamento do Mundo, ou seja, o estado que o Mundo se encontra atualmente pode ser visto através dos acontecimentos que ocorrem no lugar, no caso em Holambra.

Uma política que considere o território sendo de todos, não deve se enfraquecer ou se deixar levar pela política das empresas diante do produto “flores e plantas ornamentais”. Pois o problema não está no produto, mas na maneira que deste se utiliza para distorcer e enfraquecer a importância de todos os outros usos do território em Holambra, mesmo que nestes a racionalidade e eficiência da técnica não acompanhem os imperativos globais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Enquanto o mundo avança, num sentido que tende e se impõem como único, e muda constantemente, procuramos nos ater aos movimentos, ou mesmo as organizações, que “busquem” uma alternativa na maneira de lidar com as demandas sociais (as quais o próprio território revela), frente à lógica capitalista, a qual mais parece fragmentadora de relações sociais e do território.

Dessa forma, procuramos compreender ao longo deste estudo, o cooperativismo como modelo organizacional que, em teoria, se comporta de maneira diferente das atuais corporações vigentes.

O cooperativismo foi analisado no caso específico do município de Holambra, a partir da organização, estrutura e funcionamento de três cooperativas, as quais têm um objetivo em comum: a comercialização de flores e plantas ornamentais que são produzidas dentro e fora dos limites municipais.

Portanto, se fez necessária a explanação de todos os agentes envolvidos no ramo florícola, o que incluiu desde as próprias cooperativas, até o poder municipal, assim como se dá a relação entre estes.

A partir disto, verificou-se que o aprofundamento desta especialização do ramo florícola, a qual foi acompanhada por investimentos privados e públicos

direcionados ao ramo econômico hegemônico no município, o que incluiu a instalação de novas cooperativas de comercialização, assim como de realocação da Cooperativa Veiling Holambra, faz com que todo um território seja sempre “enxergado” somente a partir deste ramo econômico, ou seja, toda a atração e instalação de novos sistemas técnicos em Holambra, em sua maioria, se dá a fim de atender os interesses que não correspondem aos de maior importância para a sociedade.

Portanto, ao retomar o sentido do cooperativismo, pensando-o como enaltecimento de relações humanas e de benefícios para o fortalecimento de uma sociedade com valores, de fato, cidadãos, não foram as características cooperativistas que emanaram da organização das cooperativas estudadas.

Ou seja, a partir do momento que todo um município, o que inclui os investimentos de ordem pública, se torna funcional a alguns agentes, deve-se repensar o direcionamento que é dado às ações do poder municipal, assim como das ações das próprias cooperativas, a começar pensando o território, pensando Holambra, como sendo de todos os que ali vivem.

REFERÊNCIAS

CASTILLO, R.; FREDERICO, S. Espaço geográfico, produção e movimento: uma reflexão sobre o conceito de circuito espacial produtivo. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, 22 (3): 461-474, dez.2010

FLEURY, Maria Tereza Leme. **Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil**. São Paulo, SP: Global, 1983. 152 p. (Teses; 11)

GALLI, T. B. Uso do território e fronteiras internas: o caso da proposta de redesenho fronteiriço do município de Holambra (SP). **Tese** (Doutorado em Geografia). Instituto de Geociências da UNICAMP, Campinas, 2009.

GOTTMANN, Jean. The evolution of the concept of territory. **Social Science Information**. v. 14, p. 29-47, 1975.

HERBERS, R. G., **Cooperativismo e desenvolvimento rural: o caso de Holambra**. Dissertação de Mestrado – Unicamp, Campinas, 1989.

KAHIL, S. P. **Psicoesfera: uso corporativo da esfera técnica do território e o novo espírito do capitalismo**. In *Sociedade & Natureza*, Uberlândia, 22 (3): 475-485, dez. 2010. Disponível em http://www.seer.ufu.br/index.php/sociedadennatureza/article/view/11332/pdf_12

KLAES, L. S. **Introdução ao cooperativismo**: livro didático. Palhoça: UnisulVirtual, 2007.

_____. **Unidade e diversidade do mundo contemporâneo Holambra: a existência do mundo no lugar**. **Tese** (Doutorado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, São Paulo, 1997.

MAURER, Theodoro Henrique Júnior. **O cooperativismo: uma economia humana**. São Paulo [Imprensa Metodista], 1966.

PINHO, Diva Benevides. **A problemática cooperativista no desenvolvimento econômico**. São Paulo, SP: [s.n.], 1973. 359 p.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. **Matéria & Espírito: o pode (des)organizador dos meios de comunicação.** In PIQUET, R.; RIBEIRO, A.C.T. Brasil, território da desigualdade. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1991, p. 44-55.

RIETJENS, L. **Holambra: a arte de cooperar.** Curitiba: Juruá, 2008.

Rocha, Eliza Emília Rezende Bernardo. **O cooperativismo agrícola em transição : dilemas e perspectivas.** Campinas, SP : [s.n.], 1999.

SANTOS, M. **A natureza do espaço. Técnica e tempo, razão e emoção.** São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. Sociedade e Espaço: a formação social como teoria e como método. **Boletim Paulista de Geografia**, n. 54, 1977.

_____. Da política dos estados à política das empresas. In: **Cadernos da Escola do Legislativo de Minas Gerais.** 1997b.

_____. **O retorno do território.** En: OSAL : Observatorio Social de América Latina. Año 6 no. 16 (jun. 2005). Buenos Aires : CLACSO, 2005.

_____. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.** Rio de Janeiro: Record, 2000.

_____. **Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e meio técnico-científico-informacional.** 4 ed. São Paulo: HUCITEC, 1998.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI.** São Paulo: Record, 2001.

SILVEIRA, M. L. Território usado: dinâmicas da especialização, dinâmicas da diversidade. **Ciência Geográfica**, Bauru, v. 15, n. 1, jan./dez. 2011.

SÍTIOS CONSULTADOS

- <http://www.veiling.com.br/>
- <http://www.cooperplantas.com.br/>
- <http://www.cooperplantas.com.br/>
- <http://www.ceaflor.com.br/>